

Relato da 127ª Reunião do Plenário¹

No dia 26 de setembro de 2016, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a centésima vigésima sétima Sessão Plenária, tendo sido adotada a seguinte ordem de trabalhos (OT):

1. Atividades previstas para o ano letivo de 2016/2017;

2. Apresentação do Estado da Educação 2015;

3. Contributos e debate

Esta reunião plenária foi precedida da sessão solene de “Abertura do Ano Letivo 2016/2017” presidida por Sua Excelência o Senhor Presidente da República, que incluiu a homenagem a título póstumo ao Professor Doutor António Barbosa de Melo, Presidente do Conselho Nacional de Educação em 1991.

Antes do início dos trabalhos tomaram posse os(as) conselheiros(as): André Gonçalo Oliveira, designado pelas associações de estudantes do ensino superior universitário; Maria de Lurdes Guimarães Figueiral da Silva, designada pela Associação de Professores de Matemática (APM) e Eulálio Sérgio Caldeira Niza, designado pelo Movimento da Escola Moderna (MEM).

Ponto 1 da OT – Atividades previstas para o ano letivo de 2016/2017 - O Presidente lembrou os trabalhos que estavam em curso no CNE, designadamente os que estão a decorrer no âmbito das Comissões Especializadas Permanentes; os estudos sobre “Organização do tempo escolar” e “Organização dos Agrupamentos”; o projeto AQeduto que está a preparar as séries de forma a permitir integrar os resultados do PISA 2015, e possibilitar uma discussão informal sobre os mesmos num Plenário a realizar no primeiro semestre de 2017. Referiu os seminários, ainda por realizar, do ciclo dedicado à Lei de Bases do Sistema Educativo, sobre “Formação de Professores: dilemas e desafios” agendado para o próximo dia 24 de outubro e sobre “Centralidade, descentralização e autonomia: o que compete a quem?”, a realizar no dia 14 de novembro, e acrescentou que se pretende

¹ A gravação integral da Reunião do Plenário encontra-se no arquivo do CNE.

organizar, para o encerramento do ciclo, uma conferência, com o patrocínio de Sua Excelência o Presidente da República, no próximo mês de dezembro na Fundação Champalimaud. De igual modo, está previsto reunir numa publicação os contributos que foram recolhidos nos diferentes seminários e elaborar uma síntese final que será sujeita a apreciação do Conselho.

Ponto 2 da OT – Apresentação do relatório *Estado da Educação 2015*; O Presidente apresentou o relatório e sintetizou a informação constante da Introdução que faz a ligação com as análises feitas no do primeiro capítulo sobre a atitude dos alunos portugueses perante a escola e as resultantes do projeto aQeduto. Salientou, entre outras questões, a qualidade da geração que está nas escolas e a identificação de uma atitude maioritariamente positiva dos alunos perante a escola; a assinalável tendência de diminuição do consumo de substâncias ativas e o aumento preocupante do uso de substâncias estimulantes (metilfenidato – princípio ativo da designação comercial de Retalina). Destacou a melhoria do desempenho médio dos alunos portugueses, devida sobretudo à redução acentuada do grupo dos alunos com piores resultados e oriundos de um núcleo de escolas localizadas em meios desfavorecidos, que conseguiram de alguma forma contrariar o determinismo social. E acrescentou que isto reforça a ideia de que o princípio da equidade pode ser concretizado de uma forma mais eficaz, e só não o é porque persistem duas chagas sociais e educativas que são o abandono e a retenção. Por fim, o Presidente identificou dois problemas estruturais do ensino superior: o do *inbreeding* e o da produção científica, e realçou do relatório algumas questões que considera que devem continuar na agenda da política educativa: a educação especial em que se regista um aumento considerável de crianças sinalizadas e uma diminuição do número de técnicos; a rede escolar que, embora estabilizada, regista situações preocupantes decorrentes da diminuição da população escolar, nomeadamente a nível do 1ºCEB em que um terço das turmas tem alunos de mais de um ano de escolaridade e há muitas com alunos dos quatro anos de escolaridade; o envelhecimento do corpo docente (43% dos docentes têm 50 e mais anos de idade); a retenção escolar que regista uma ligeira melhoria, mas continua a ser preocupante; o financiamento da educação e os resultados dos exames, onde foi introduzida uma nova abordagem de análise por domínios de aprendizagem.

Ponto 3 da OT- Contributos e debate

O Conselheiro Antero Resende referiu não entender porque se continua a falar dos números do abandono que considera demasiado elevados e incorretos, porque entende que o sistema permite a

transição de escola e de país sem que estes factos sejam comunicados. Propôs ainda que o CNE faça um trabalho ou recomendação sobre as CPCJ, tribunais de menores e outras instituições que cuidam e acompanham as crianças e os jovens em situação de risco.

O Conselheiro José Luís Presa deixou algumas notas de reflexão sobre a necessidade de cuidar em futuros relatórios da terminologia utilizada, nomeadamente quando se fala de ensino regular e ensino profissional, como se este não fosse regular; a importância da orientação vocacional e o seu contributo para termos alunos mais interessados e motivados, porque o contrário conduz à retenção e ao insucesso; a questão recorrente do acesso ao ensino superior dos alunos oriundos dos cursos profissionais, que considera pouco relevante, uma vez que o ensino profissional tem como objetivo prioritário, e tem feito um trabalho notável, a formação de quadros intermédios e especializados para responder às necessidades do tecido empresarial.

O Conselheiro Hélder de Sousa referiu que não obstante a existência de um sistema muito desregulado, muito pouco planeado, com intervenções avulsas e ausência de um alinhamento e de um plano de futuro para a educação, este tem mostrado uma capacidade de resiliência e de melhoria progressiva em todas as áreas. Considerou que a retenção continua a ser uma questão preocupante e concorda que é importante perceber porque é que há insucesso. Defendeu que a avaliação externa não pode servir para medir evoluções ano a ano, e que devem ser consideradas todas as diferentes ferramentas que permitem uma análise qualitativa mais fina e, conseqüentemente, a adoção de medidas e intervenções que resolvam os problemas identificados e promovam o sucesso de todos os alunos.

A Conselheira Joana Brocado sugeriu que em futuros relatórios possa haver uma participação mais ativa dos conselheiros numa análise prévia do documento. Chamou a atenção para a necessidade de se distinguir, no caso das turmas mistas, as que se situam em escolas isoladas que só têm uma turma e as que se encontram em escolas com várias turmas, uma vez que as questões do défice de socialização e de aprendizagem que se apontam nas primeiras podem não ocorrer nas segundas ou, pelo menos, não se conhecem estudos que o comprovem, podendo essa diversidade ser até um fator de promoção do sucesso.

O Conselheiro Mário Nogueira manifestou agrado pelo facto de ter ouvido na Sessão Solene, que antecedeu este Plenário, que o ano letivo tinha iniciado de forma tranquila, uma vez que se tentava passar a mensagem, na comunicação social, de que isso apenas se devia ao olhar transmitido pela

Fenprof que, no entanto, tem vindo a chamar a atenção para os problemas que persistem. E destacou a questão da educação especial e o aumento de alunos sinalizados; a falta de pessoal auxiliar nas escolas; as turmas mistas, nomeadamente as que contemplam os quatro anos de escolaridade do 1º ciclo; as AEC que deveriam ocupar os tempos pós letivos e por razões organizativas estão a empurrar as aulas curriculares para o final do dia; o envelhecimento do pessoal docente e o número elevado de professores com doenças incapacitantes. Mencionou como o aspeto mais positivo nesta abertura do ano letivo a colocação de professores.

O Conselheiro Rogério Cação efetuou uma breve reflexão sobre as medidas promotoras da equidade, a intervenção precoce na infância e as necessidades educativas especiais. Considerou que o enfoque deve ser dado ao combate àquilo que são as razões da desigualdade mais do que àquilo que é o discurso da igualdade. Manifestou a sua preocupação com a diminuição do número de crianças apoiadas ao nível da intervenção precoce, considerando que as vicissitudes do sistema fazem com que nem todas as crianças que precisam estejam a ser apoiadas. Pensa que o domínio das necessidades educativas especiais deve ser aprofundado, porque considera que é preciso compreender os fenómenos que geram essas necessidades, alguns serão intrínsecos às próprias crianças e jovens, outros podem advir dos seus contextos, nomeadamente familiares, e um maior conhecimento desses fenómenos permitirá utilizar ferramentas mais capazes para compensar essas necessidades. Quanto aos números, acrescentou que é referido no documento que o número de alunos apoiados pelos CRI aumentou, mas esse aumento só se deve ao facto de ter diminuído o tempo de apoio para trinta minutos. Sobre o arranque do ano letivo, concordou que foi mais tranquilo para quase todos os alunos, mas para os que são apoiados pelos CRI este nem tinha começado, dado que os planos de ação dos CRI ainda não tinham sido aprovados.

O Conselheiro António Pedro Barreiro realçou a análise feita aos interesses e motivações dos alunos e destacou três aspetos que considera importantes: o crescimento gradual da rede de bibliotecas escolares, embora o preocupe o facto da taxa de cobertura, em todas as regiões, com exceção do Algarve, se manter abaixo dos 50% e o grande diferencial entre regiões; a diminuição reiterada e progressiva do número de professores contratados, que indicia uma maior estabilidade do corpo docente, mas também a dificuldade do seu rejuvenescimento; os critérios de seleção e de avaliação dos professores que deveriam ser mantidos ao longo de toda a carreira, introduzindo-se critérios meritocráticos e salvaguardando a estabilidade dos quadros; o decréscimo da despesa do estado com

os contratos de associação, sugerindo que seria interessante que o CNE fizesse um estudo sobre o custo de uma turma nos contratos de associação e nas escolas do Estado.

O Conselheiro David Rodrigues considera importante aprofundar a temática das necessidades educativas especiais e propôs que o CNE realizasse um seminário sobre o assunto que permitisse refletir sobre as questões levantadas, nomeadamente na presente sessão plenária. Referiu que um bom sistema educativo é aquele que consegue diminuir o número de alunos com piores resultados e não o que faz subir os que já têm bons resultados, pelo que a palavra-chave é equidade e não é possível melhorar a equidade sem apoios nas escolas. Sugeriu que em futuros relatórios os dados da inclusão abrangessem as medidas educativas que os alunos com NEE têm e que fossem apresentadas séries que permitam perceber a evolução dos recursos disponibilizados às escolas e do número de alunos apoiados.

A Conselheira Anabela Grácio destacou dois aspetos que considera preocupantes: o envelhecimento do corpo docente e o desinteresse dos alunos perante a escola. Sobre o primeiro acrescentou que a entrada de novos docentes permitiria testar diferentes modos de acesso ao sistema e, no caso do segundo, referiu como razões possíveis desse desinteresse o peso dos currículos, o excesso de trabalho e o peso dos exames, quer na progressão dos alunos, quer no trabalho que é desenvolvido em função dos e para os exames.

O Conselheiro Jorge Ascensão chamou a atenção para a necessidade de inserir as famílias em todas as questões e problemas, desde a educação especial às turmas mistas, dado que estas, lembrou, fazem também parte do processo educativo. Mencionou a importância da informação e referiu o facto de muitas famílias não saberem sequer o que é retalina ou porque é que o menino está na educação especial. Sugeriu que futuros relatórios possam trazer números sobre o envolvimento dos pais nas escolas e permitam perceber se esse envolvimento contribui para o sucesso educativo. Pensa que seria igualmente interessante conhecer quantas escolas envolvem os seus alunos na elaboração do projeto educativo.

A Conselheira Lurdes Figueiral concordou que os currículos eram uma fonte de dificuldades no processo de ensino e de aprendizagem, mas destacou a empatia e o cuidado a ter quando se tratam as questões relacionadas com os docentes, porque sente que quando se invocam muitos dos problemas do sistema, sub-repticiamente, e nomeadamente na opinião pública, se atribui a culpa aos professores,

pelo que considera fundamental reerguer a dignidade e o papel do professor na sociedade e no sistema educativo.

O Conselheiro Almerindo Afonso mostrou o seu agrado com o facto de o relatório dar ênfase aos alunos, que são os protagonistas do sistema, com os dados que mostram que são os alunos de meios desfavorecidos que melhoraram os resultados, cuja análise deveria ser aprofundada, e com o interesse dos textos da 2ª parte que tratam de temas importantes como a endogamia no ensino superior. Chamou ainda a atenção para aspetos formais que deviam ser revistos, nomeadamente a nível de linguagem, que deve ser mais cuidada.

O Conselheiro Pedro Dominginhos destacou o que leu no relatório sobre o que os alunos pensam da escola, considerando que este era um grito muito sério dos alunos que exige de todos uma reflexão profunda e urgente. Referiu-se ainda ao segundo artigo de investigação do documento, cujo tema impõe igualmente uma análise da questão do acesso ao ensino superior e da atribuição do grau de doutor pelo ensino superior politécnico.

A Conselheira Nilza de Sena destacou da intervenção inicial do Presidente algumas questões que são também uma preocupação do PSD. É o caso das turmas mistas e da elevada taxa de abandono escolar que necessita de continuar a ser diminuída, no seguimento do trabalho notável feito pelo anterior governo do PSD no sentido da sua redução. Chamou a atenção para temas que requerem atenção no futuro como o recrutamento dos docentes que deve levar à entrada dos melhores no sistema.

O Conselheiro Joaquim Azevedo apontou alguns problemas que devem merecer um interesse especial e um estudo mais aprofundado. O primeiro dos quais será perceber o que se passa com os alunos que sofrem retenções sucessivas e que passam para o âmbito das CPCJ, uma vez que o processo não acaba com a comunicação feita pelas escolas àquelas comissões. Acrescentou que o número de alunos sinalizados naquelas Comissões aumentou consideravelmente, porque as escolas aproveitaram as candidaturas ao programa de promoção do sucesso para fazer “uma limpeza” de alunos indesejados. Outro tema a ter em conta é o da indisciplina, cujos números de participações de casos têm aumentado e é preciso ouvir mais os alunos e acompanhar os professores nestes processos. Por fim, referiu a importância de mudar ideias feitas nestas matérias e propôs a seleção de um conjunto relativamente pequeno de indicadores, constantemente atualizados, que permitiriam uma comunicação permanente e mais eficaz com a sociedade.

O Presidente fez uma intervenção final em que sintetizou algumas ideias que considera que podem integrar futuros relatórios, entre as quais a inclusão de dados das CPCJ e Tribunais de Menores, ou as que por motivos vários podem ser difíceis de concretizar, como por exemplo um estudo sobre o custo de uma turma nos contratos de associação e em escolas do Estado.

Agradeceu a presença de todos e deu por encerrados os trabalhos.